



Anchieta teve aumento de 18,5% no repasse de ICMS

AJ05435

Vitória e Serra lideram com ICMS

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Pesquisa mostra que houve aumento de 69,7% do total de ICMS repassado para os municípios do Estado

Levantamento feito pela revista Finanças dos Municípios Capixabas, lançada pela Aequus Consultoria, aponta que as cidades de Vitória e Serra concentram atualmente o adicional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) transferidos aos municípios capixabas.

Em 2007, a transferência estadual do ICMS totalizou R\$ 1,46 bilhão, R\$ 142,6 milhões a mais do que em 2006. Pelo estudo, as duas cidades absorveram 47% e 26% desses recursos, respectivamente.

Do montante adicional, Vitória absorveu R\$ 67,6 milhões e Serra R\$ 37,3 milhões. No ano anterior, Serra havia recebido 52% (R\$ 36,8 milhões) e Vitória 15% (R\$ 10,9 milhões) do adicional de R\$ 70,6 milhões.

A revista aponta ainda que, em 2007, as transferências recebidas pelos municípios capixabas da União e do Estado totalizaram R\$ 3,22 bilhões, o que representou 69,7% da receita total das cidades. As principais – ICMS e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – somaram R\$ 2,17 bilhões, montante

que correspondeu a 46,9% da receita total.

“A intensidade do aumento do ICMS transferido foi suficiente para que a maioria dos municípios acusasse aumento de repasse”, explicou Alberto Borges, economista e editor da publicação.

Cresceram de forma significativa Mantenópolis (47,1%), Brejetuba (30%), Apicá (29,4%), Barra de São Francisco (28,1%), Fundão (24,4%), Conceição da Barra (21,5%) e Anchieta (18,5%). Apenas seis cidades apresentaram queda, sendo as mais expressivas as de Aracruz (24,3%), Itapemirim (19,5%) e Porto Belo (16,5%).

As principais transferências constitucionais repassadas aos municípios pelo Estado são: 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) e 50% do Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) licenciados em seus territórios.

O FPM é uma transferência constitucional da União para os municípios, formado por 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).